

## HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS<sup>1</sup>

Virgínia Fontes<sup>2</sup>

Em primeiro lugar, gostaria de falar sobre minha imensa felicidade de estar aqui, na Unioeste, Universidade com a qual mantenho estreito contato apesar de ser a primeira vez que aqui venho. Participei desde os primórdios do convênio interinstitucional com a UFF, mas não pude vir - por razões alheias à minha vontade - na época dos primeiros cursos. Participei entretanto intensamente das atividades de orientação e de bancas de diversos colegas daqui e tenho mesmo a impressão de já conhecer a cidade, através das dissertações e teses que tive o prazer de acompanhar de forma bem próxima. Além desses espaços mais formais e institucionais, ganhei também laços de grande amizade, construída em debates, longas tardes e noites de estudo e em encontros festivos - com chopp e conversa, em almoços coletivos e jantares animados. Assim, me sinto em casa... e faço questão de mencionar, em especial, Carla Luciana Silva e Gilberto Calil, mais que amigos, companheiros.

Agradeço pois a honra de estar com vocês neste VIII Simpósio em História que tem um certo sabor especial, de vitória: comemoramos o novo Curso de Mestrado em História da Unioeste, com votos de longa vida, de sucesso e, sobretudo, de coerência intelectual e de defesa da Universidade Pública, laica, gratuita e de qualidade.

Vamos, pois, a nosso tema, *História, poder e práticas sociais*. Há muitas maneiras de abordar as inúmeras questões que o tema suscita, assim como há diversos caminhos teóricos para seu tratamento. Vou levantar alguns desses temas e problematizá-los um pouco, de forma a que pensemos juntos sobre algumas dessas possibilidades, e, em seguida, nos centraremos no primeiro ponto.

1. *A relação entre a História como uma prática social e o poder*. Que laços unem nossa prática, a de historiadores, com o poder? Podemos partir de dois caminhos: o da história de nossa disciplina e o das maneiras pelas quais os historiadores lidam com o poder. Retornaremos a este ponto mais adiante.

<sup>1</sup> Conferência de abertura do VIII Simpósio em História da UNIOESTE - História, Poder e Práticas Sociais, ocorrido entre 24 a 27 de outubro de 2005.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFF (Universidade Federal Fluminense). Email: vfontes@superig.com.br.

2. *As concepções tópicas do poder.* Há uma forte tendência a conceber o poder como se estivesse “acima” e separado da vida social, enquanto as práticas sociais estariam figuradas como se estivessem “abaixo”. Essa disposição tópica caracteriza o pensamento liberal, que vê o poder como resultando de pactos (ou do grande pacto, o Leviatã) que, uma vez instaurado, se autonomizaria frente ao conjunto das demais relações sociais. Pensar o poder, ao contrário, nos parece exigir pensar as relações sociais que não somente o instauram, mas que permanentemente o reconstróem. É nas relações sociais - econômicas, políticas, culturais, organizativas, de cotidiano - onde se implanta e se exerce a desigualdade como condição de existência, que se originam os meios de coerção para assegurar a desigualdade.
3. *O poder externalizado.* Derivada, em grande parte, da modalidade anterior, alguns tendem a pensar o poder isoladamente do conjunto (da totalidade) das relações sociais. Muitas vezes nos deparamos com interpretações do poder como se fosse externo às relações sociais (providencialismo, por exemplo); nesse viés, o poder constituiria uma “esfera própria” ou “específica” de existência, sendo abordado isoladamente. Aqui se apóia a suposição de senso comum de que tudo 'derivaria' do poder, que se torna, assim, a-histórico, isento de processo, numa seqüência linear de auto-desdobramento infinito.
4. *O desafio histórico de explicar e compreender o poder na totalidade histórica.* Uma quarta possibilidade seria tratar o desafio que significa para nós, os historiadores, explicar (e compreender) os processos históricos que instauram formas específicas de poder derivadas das relações sociais - e portanto das lutas e das práticas. Enfrentar este desafio exige superar as linearidades, quer sejam sociológicas (que às vezes o analisam como instantâneos fixos ou como desdobramentos lineares), quer sejam temporais (como concebem a história como um longo fio de tempo contínuo, esquecendo suas contrações, acelerações, rupturas bruscas e, também, as persistências do velho no interior do novo). Este desafio exige pensar a totalidade das relações sociais (a objetividade e a subjetividade nas quais nos constituímos), analisar o chão social no qual toda e qualquer forma de poder lança raízes. Exige identificar

as formas cristalizadas que, por parecerem naturais e corriqueiras, permeiam toda a vida dos seres singulares, como as formas diferenciadas dos Estados e sua íntima conexão com as diferentes maneiras de assegurar, consolidar e legitimar a dominação de pequenos grupos sobre a maioria, assentada sobre a exploração. Mas também exige decifrar a razão pela qual essa dupla, dominação/exploração se apresenta, muitas vezes, como seu próprio contrário! Como se fosse vontade subjetiva externa à história (vontade divina), ou, mais complexo ainda, como se fosse o próprio desejo dos dominados e dos explorados - o de submeter-se “livremente” ao jugo social que lhes é imposto. Esta é a característica mais perversa do capitalismo, ao empurrar, pela massiva expropriação na qual se sustenta e da qual retira sua seiva (o sobretrabalho), a imensa maioria da população para uma procura incessante de trabalho (expresso como se fosse emprego, contrato estável, direitos), acreditando que o faz... “livremente”. Esta imagem alterada, falsificada de si, apenas apresenta a percepção de uma parte da sociedade - percepção daqueles que se beneficiam desse processo - como se expressasse a realidade efetiva da grande maioria. Este movimento perverso - e complexo - aparece hoje também na questão democrática, onde o fato de votar parece querer responsabilizar a grande maioria pela expropriação política que lhe retira seus direitos, a começar pelo próprio contrato de trabalho, espalhando-se sobre a destruição de conquistas de cunho universalizante - saúde, educação, habitação, alimentação, dignidade, direito à vida, etc...

Como se pode observar, qualquer das vias que tomemos para abordar o tema implica desafios similares. Retornemos, pois, ao primeiro ponto, para aprofundá-lo um pouco mais, relacionando a prática social dos historiadores ao poder.

### **1. A relação entre a História como uma prática social e o poder**

Como todos sabem aqui, o termo história tem inúmeros significados, é polissêmico e essa riqueza de significados deriva do intenso uso social - e da importância - que adquiriu com o tempo. Como exemplos, a palavra história pode designar namoro (“Fulano está de história com Sicrana”); pode significar objeto ou coisa (“que história

é essa na sua roupa?"); confusão, complicação ("não me venha com histórias"). No dicionário Houaiss, estão listadas 15 acepções... Para nosso intuito, podemos classificar as acepções diretamente ligadas às atividades dos historiadores em dois grandes grupos: no primeiro, nos referimos aos processos sociais passados ou em curso; no segundo grupo, designamos a atividade de conhecimento que se exerce sobre o conjunto daqueles processos. No primeiro sentido, a matéria prima e, no segundo sentido, a atividade (a "fábrica") de explicações. No primeiro sentido, o movimento no qual estamos imersos; no segundo sentido, a procura da reflexão sobre as grandes linhas e as grandes direções nas quais esse movimento nos impele. Nosso trabalho, dos historiadores, nos move a nos interrogar sobre o significado desse fluxo do qual participamos, assim como sobre as possibilidades que se descortinam para nós, como seres coletivos que somos.

Por exemplo, em nossos dias podemos nitidamente identificar a catástrofe social e humana que se abate sobre nós. Vivemos sob relações sociais que realizam também uma destruição brutal (mas extremamente lucrativa) da própria natureza. Esse processo hoje envolve inclusive privar de água a maioria da população do planeta, através da privatização das fontes e mananciais e de sua mercantilização. A miséria social, a degradação humana, a destruição dos elos afetivos, a mercantilização das almas (corações e mentes) e a inutilidade da grande maioria dos objetos mercantis dos quais estamos cercados são características que se impõem à nós, de forma assustadora. Porém nossa reflexão deve ir adiante, analisando as formas de construção histórica dessa barbárie, identificando as possibilidades existentes de exercício de nossa historicidade efetiva e a capacidade de transformação social que subsiste.

As duas atividades - viver historicamente e pensar e escrever a história - não estão totalmente imbricadas. As formas de escrever, pesquisar, explicar, pensar e sentir a história se alteram segundo os períodos e momentos históricos e segundo o ponto de vista social no qual nos localizamos.

Nossa forma contemporânea de pensar a história (tanto o processo real quanto a disciplina histórica) nasceu estreitamente ligada com a justificativa do poder e dos poderosos. Em outros termos, a disciplina acadêmica história se configura, desde os primórdios renascentistas (com Maquiavel, *O Príncipe* e, principalmente, em sua *História de Florença* e Guicciardini, *História da Itália* e *História de Florença* - esta última publicada apenas em 1859), muito próxima ainda da genealogia das famílias reais (traços marcantes dos textos, digamos proto-históricos anteriores) mas, sobretudo, como uma reflexão sobre o

poder, ligando-o diretamente ao Estado e aos homens que encarnavam este poder, os príncipes e os guerreiros.

Com muitas oscilações, a disciplina História se consolidaria somente no século XIX, quando se constituiu como um *corpus* de conhecimentos incorporando a crítica erudita, uma definição, ainda que muito frágil e descritiva, do que poderia ser sua matéria-prima (os “fatos históricos”) e uma profunda desconfiança com relação à filosofia (e, portanto, com relação à explicação e à compreensão). Lastreada na descrição e, em sua forma mais literária, em narrativas épicas, permaneceria muito próxima das grandes questões suscitadas a partir do poder, pensado como *algo em si*. A História, concebida dessa forma, seria a disciplina avalista da construção do Estado-nação moderno (juntamente com o direito), investigando no passado as linhagens do “povo”, que doravante se impunha, ao lado das linhagens nobiliárquicas. Encontramos, assim, grandes relatos dos povos anglo-saxônicos, dos gauleses, dos germânicos como protagonistas de uma unidade específica cujo percurso era apresentado de forma linear, congregando uma matriz histórica (temporal), um território, uma forma de ser (identidade) e uma unidade política que figurava como se tivesse sido, desde sempre, a meta a atingir. A Revolução inglesa e, principalmente, a Revolução francesa, com a irrupção do *povo comum* nos processos políticos (isto é, dos não-nobres, dos burgueses, mas também do “populacho”, do que era até então apontado como a “ralé”), exigia sua incorporação no grande painel histórico até então reservado às famílias nobres. A construção das nações seria, em parte, obra de historiadores. Escrever a nação era inscrevê-la na História. As nações resultavam de um processo complexo, fruto de uma intensa aspiração à igualdade, expressa nas reivindicações populares e, simultaneamente, derivavam de tradições inventadas, incorporando subalternamente a grande maioria. A nação, lugar de luta, se mirava numa tradição inventada (e produzida também por historiadores), onde uma comunidade de desiguais inventaria uma igualdade fictícia, a de “nacionais”.

O estado burguês moderno que se consolidava no século XIX extraía sua legitimidade, em grande parte, da nova disciplina que ele apoiava, sustentava e difundia, através, por exemplo, da criação dos Institutos Históricos nacionais (implantado no Brasil em 1838). Os historiadores tinham o augusto papel de naturalizar a nação e de demonstrar sua indissociabilidade do Estado. Em muitos casos, isso implicou na destruição de culturais regionais, cujo caso mais evidente foi o da Itália. Para o tema que nos interessa, o poder, vale lembrar que o

Estado era considerado como seu lugar “natural”, o condutor “natural” da nação, como sua expressão imediata. Assim, a nova disciplina reatava os laços com as tradições anteriores, agora alargadas - a História era, sobretudo, a história dos homens no poder do Estado. Não mais suas genealogias nobiliárquicas, mas as estratégias e ardis dos grandes homens, sua psicologia e suas batalhas. O povo, dignificado como “origem”, permanecia como mero coadjuvante. Uma prática social - dos historiadores - distanciada das grandes massas e próxima dos aparatos governamentais produzia a legitimação dos Estados paralelamente à consolidação de tradições nacionais. Uma história de base eurocêntrica, colonizadora e “civilizadora” exaltava os países centrais (e suas “raças”), enaltecendo seus “povos” os quais, entretanto, deveriam manter-se distantes dos cenários de poder nos quais ela se desenvolvia.

Num século como o XIX, povoado de revoltas populares e de grandes revoluções (como a Comuna de Paris, em 1871), essa maneira de apresentar a história seria fortemente contestada pelos movimentos operários e populares. Em seguida, essa crítica seria consolidada pela poderosa reflexão de Marx.

Abria-se uma profunda cisão no mundo dos historiadores, agora já plenamente profissionais. O eixo principal até então dominante, a narrativa dos grandes feitos, dos grandes homens, a exaltação abstrata das qualidades dos povos (os alemães, os franceses, os ingleses), que se completava com a exposição dos supostos vícios e da degradação dos povos subalternizados<sup>3</sup>, seria fortemente questionado. Uma nova prática social, feita por grupos sociais concretos, que se organizavam e combatiam as práticas sociais naturalizadas da exploração e da produção de desigualdades, inclusive simbólicas (a própria classe operária, então reunida em enormes instalações fáusticas), demandava e exigia outra forma de pensar a história. Esta se evidenciaria doravante como um processo de transformação, resultante não da vontade singular dos dirigentes, mas do caudal volumoso das inúmeras e anônimas lutas sociais. Pensar historicamente passava a exigir a compreensão da forma social da dominação de classes, como lugar de lutas e de conflitos no interior da própria sociedade (e não apenas de batalhas épicas entre indivíduos singulares com seus projetos de poder). O mundo da economia, até então reservado dos olhares populares como se fosse um lugar técnico, se evidenciava como encharcado de política. A fala técnica

---

<sup>3</sup> Não se pode esquecer que, enaltecidos enquanto origem nacional, os setores populares (mesmo os “nacionais”) continuavam desconsiderados, apresentados como brutos, incompetentes, incapazes de dirigir-se, devendo depender, portanto, de seus governantes.

(e cada vez mais matematizada) da economia era desnudada como o discurso específico da ocultação das relações sociais que sustentavam a dominação de classes. Expor a economia como um concentrado de relações sociais, como lugar de exploração social e de produção (e não um mundo feito unicamente de “coisas”), resultava de - e impunha - uma crítica completa do que era exibido como “necessidade”<sup>4</sup>.

Agora, o próprio poder (o Estado) deveria ser explicado, não se limitando mais à fonte de explicação. Marx demonstrava claramente que o poder não é uma coisa em si, mas deriva da exigência de coerção homogeneizada (e naturalizada por seus ideólogos) engendrada pelas diferentes formas históricas de extrair sobretrabalho, e, para tanto, de organizar a vida social. Para Marx, o poder *deriva* portanto da organização da dominação de classes, ou do modo de produção (mais precisamente, dos *modos de ser*, maneira mais próxima de sua formulação).

*A prática dos historiadores, ou a atividade histórica como prática social tornava-se, também, lugar explícito de luta social.* O século XX demonstraria o quanto essa luta atravessaria o mundo dos historiadores e, a rigor, todo o conjunto das disciplinas sociais. A neutralidade fictícia de uma descrição dos fatos se mostrava como seleção parcial e arbitrária.

Não poderemos fazer, neste curto espaço de tempo, uma longa apresentação das grandes questões da historiografia do século XX, mas uma das mais importantes polêmicas foi a que opôs uma ciência histórica neutra e apassivadora a uma história engajada e fortemente crítica. Basta lembrar dos primórdios dos *Annales*<sup>5</sup>, quando Marc Bloch aprofundou, a partir de uma leitura muito sagaz das classes sociais, a compreensão do mundo medieval e de suas formas de ser; quando os primeiros textos de Lucien Febvre apontam para a materialidade das relações culturais (como o problema da descrença em Rabelais).

Os *Annales*, porém, de local de luta pelo reconhecimento de uma leitura histórica engajada, totalizante, explicativa e crítica se

<sup>4</sup> Podemos entender isso com um exemplo anacrônico, mas tristemente pertinente: o episódio da “blindagem” de Henrique Meirelles e da defesa da “independência” do Banco Central. Um jornal como O Globo defendeu explicitamente a intocabilidade legal do dirigente do Banco Central como forma de assegurar a manutenção de uma *política econômica* que não mais se submetesse à política na qual todos podem, ainda que subalternamente, participar. O interesse dos setores financeiros dominantes foi assim apresentado como necessidade social.

<sup>5</sup> Originalmente, *Annales d'histoire économique et sociale*; depois *Mélanges d'histoire sociale*; em seguida *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations* (1945-1993) e, finalmente, após 1994, *Annales. Histories, Sciences Sociales*.

transformaram numa instituição forte e consolidada, espécie de espelho no qual se mirava a historiografia francesa contemporânea. Plenamente integrados à lógica do Estado francês, num viés republicano (contra a força ainda remanescente da *Ecole de Chartes* e de seu viés conservador e, até mesmo, monarquista) paulatinamente perderiam sua força contestadora e crítica. Gradualmente, o foco das análises se modificaria, para instaurar uma espécie de “revolução permanente” de técnicas de pesquisa que se distanciou grandemente dos grandes questionamentos sobre o conjunto da vida social que o originaram.

Permito-me transcrever uma citação um pouco extensa de Pierre Bourdieu, um dos filhos da EHESS - Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, instituição sob o controle do grupo dirigente da revista *Annales*, num texto redigido no final dos anos 70:

...a classe dominante “nada tem a esperar das ciências sociais, a não ser, no melhor dos casos, uma contribuição particularmente preciosa para a legitimação da ordem estabelecida e um reforço do arsenal dos instrumentos simbólicos de dominação. (...) **o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política**” (...) “**A idéia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada**, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente *irreconhecível*, da representação dominante do mundo social.

Desvendando os mecanismos sociais que asseguram a manutenção da ordem estabelecida, cuja eficácia propriamente simbólica repousa no desconhecimento de sua lógica e de seus efeitos, fundamento de um reconhecimento sutilmente extorquido, **a ciência social toma necessariamente partido na luta política.**”<sup>6</sup>

Essa luta é ainda hoje constitutiva do mundo das práticas historiográficas e sociais dos historiadores. Utilizando termos próximos aos de Bourdieu, o que divide as ciências sociais (e a história) é a admissão - ou não - da divisão social e, portanto, da luta social.

<sup>6</sup> P. Bourdieu, *O campo científico*. In: Bourdieu, P. *Sociologia*. SP, Ática, 1982. (p. 147-8). Itálicos do autor, PB; negritos VF.

Assim, enquanto para alguns a vida social é local de harmonia (visão irenista) ou da sobreposição de indivíduos, para outros é lugar de divisão e de luta de classes, divisão funda e instauradora de uma determinada maneira de ser, de existir e de pensar que conflita com a vida real da maioria, com as experiências e processos efetivos de sua vida. Essa divisão conforta a exploração através reprodução generalizada de seus mecanismos de dominação, como a própria violência simbólica.

No entanto, essa luta constitutiva das ciências sociais - e da história, ou da historiografia - vem mudando de forma, se alterando, se metamorfoseando nas últimas décadas.

Antes porém de comentarmos alguns dos recentes desdobramentos dessa complexa relação entre prática historiadora e poder, vale retornar um pouco ao campo do marxismo e a algumas de suas dificuldades. A revolução soviética, ao entrar na fase de cristalização e de enrijecimento do período stalinista, produziu também seus historiadores oficiais, similares aos dos países capitalistas. Mais grave ainda, a mitificação do poder stalinista forjava uma caricatura do próprio marxismo. Este era brandido como teoria necessária e, ao mesmo tempo, esterilizado. Suas exigências críticas eram podadas e, com isso, uma espécie de tecnicismo analítico de manuais se generalizava no mundo soviético. A reflexão histórica produzida dessa forma cumpria uma função legitimadora - e não mais questionadora - ainda que falando em nome do marxismo. O uso do referencial do marxismo, amputado de sua força profundamente subversiva, tanto intelectual quanto socialmente, abriria espaço para ecletismos diversos, que ocorriam nos países capitalistas mas também nos pós-revolucionários, gerando marxismos pragmáticos, economicismo, messianismo, politicismos, que conviviam perfeitamente (e disputavam espaço) com os ecletismos fundados em outras áreas teóricas. Os embates tendiam a se limitar à ocupação de espaços no interior das universidades e academias, perdendo sua força social. Se academicizavam e se tecnicizavam (pragmatismos diversos), ou, em outra vertente, se esterilizavam na pura erudição. Este não foi, felizmente, um processo monolítico. Ao lado de uma vertente que se fossilizava, brotavam novos e originais pensadores, em diferentes regiões do mundo e que, partindo de plataformas similares (com base em Marx), descortinavam novos horizontes.

Vou referir-me apenas a dois destes pensadores. O mais importante, sem dúvida, foi Antonio Gramsci, com sua arguta denúncia

do reducionismo dos manuais e, principalmente, do mecanicismo e do economicismo no interior do marxismo. Não era historiador de ofício. Reintroduzia a cisão entre o mundo oficial dos historiadores e a reflexão histórica. Podemos dizer que Gramsci (como Marx), é um historiador sem o ser. Refaz e reconstrói a explicação da vida social italiana (elabora a categoria de transformismo; renova a reflexão dialética apresentando a relação histórica entre o norte e o sul da Itália); esclarece de maneira incisiva as modalidades de organização do estado capitalista contemporâneo, pensando de forma original a questão da totalidade (hegemonia e coerção; sociedade civil e sociedade política); inaugura a compreensão do “americanismo”, cuja hegemonia era então incipiente. Mantendo-se muito próximo às reflexões de Marx e de Lênin, não os toma como textos canônicos e, assim, analisou a maneira como o Estado - e seu aparato - se erigia a partir da vida social, a partir da luta entre as classes, das formas organizativas que a elas se ligam, da produção de visões de mundo e da cultura. Mostrou como as classes se articulavam na sociedade civil e como o Estado se cristalizava como relação entre forças profundamente desiguais, nascidas no chão fundamental da produção da vida (“a hegemonia nasce da fábrica”).

Como exemplo de historiador de ofício que retomou explicitamente Marx e Gramsci para sua prática de trabalho, um dos mais importantes foi E. P. Thompson. Mas - quiçá para fugir do oficialismo a que muitos historiadores são induzidos - Thompson sempre recusou o mundo das academias, sendo um professor do setor de extensão (aulas para adultos e para operários), concentrando suas pesquisas nos processos de constituição das classes sociais como *modo de ser* (priorizando a experiência como forma de articulação entre objetividade e subjetividade). Em Thompson, a questão do poder liga-se diretamente às classes sociais, às formas de subordinação do mundo do trabalho.

\*

\*

\*

Nos últimos anos e, em especial, na década de 1990, a relação entre o poder e as práticas sociais dos historiadores parecem se tornar mais opacas e confusas. Refiro-me ao período do pós-modernismo, com uma expansão requentada do pragmatismo, período que se traduz por disputas no interior de um campo de historiadores profissionais cada vez maior, mais competitivo e crescentemente hierarquizado. Vou sugerir alguns caminhos para compreender isso.

A evidência dos profundos problemas no mundo soviético levou muitos autores a criticar fundamente a concepção marxiana de poder,

considerando a experiência soviética como se fosse uma “aplicação” imediata do marxismo. Outros procuraram outras fontes de rebeldia, como por exemplo a reflexão de Foucault, desencantado com a maneira pela qual os que se proclamavam contestadores do poder (os Partidos Comunistas) reproduziam lógicas de dominação em seu próprio interior. Essa constatação o leva a abandonar a reflexão sobre as formas centrais de constituição do poder dominante (o capital, em primeiro lugar e o Estado) e a dedicar-se às porosidades, aos micro-poderes, às margens aparentemente não 'contaminadas' pela lógica dominante (loucos, doentes, bruxos, marginais). Reflexão vigorosa, com profundo impacto sobre os historiadores mas que, no entanto, virava as costas a dois problemas centrais. No primeiro, abandonava o tema da historicidade, ou das formas (e sujeitos) da transformação histórica, que constituem o cerne do marxismo. No segundo ponto, centrando suas análises na questão do poder, desconsiderava entretanto o fulcro fundamental que expressava o poderio de classe, a exploração, e sua forma mais visível de convencimento, o Estado. Deixava de lado assim suas bases fundamentais, as classes sociais. No final da vida, Foucault voltaria a apontar a questão da “estatalidade” como eixo importante de análise, mas os historiadores que o seguiram não o fizeram.

As práticas de antipoder propugnadas por Foucault derivaram, entretanto, na constituição de novas linhagens - e poderosas - de historiadores. Sem mais ter as classes sociais (ou o Estado) como um problema, alguns assumiram um papel ambivalente: ocupavam o lugar social da legitimação social do poder dominante através do Estado (e, portanto, das classes), lugar clássico dos historiadores, porém não mais questionavam sua própria inserção, dedicando-se ao estudo das margens e deixando de lado o eixo central que, a rigor, definia inclusive o limite e a extensão de tais margens. O Estado (como condensação de relações de classe e expressão central desse poder) ficaria secundarizado nas pesquisas. Esse esquecimento, entretanto, não correspondia ao que ocorria na vida social e vale pensar sobre o enorme o papel e a constituição, então em curso, do poderio bélico estadunidense, e em sua íntima conexão com o Estado.

Outros autores confundiram a vulgata marxista (ou o marxismo stalinista) com as formulações marxianas. Algumas vezes por engano, pois só haviam conhecido a vulgata. Outras vezes como uma estratégia para reduzir o tamanho do adversário e, dessa forma, aparentemente derrotá-lo. Nunca Marx morreu tantas vezes como nos últimos 30 anos e, em especial, neste decênio neoliberal.

Entretanto, não era mais possível supor uma história (ou uma ciência social) neutra. As ciências chamadas de “naturais” mostravam cada vez mais suas conexões sociais e a própria física incorporava questões sociais e subjetivas. O que poderia ser um enorme avanço, com a desnaturalização das ciências e com a exigência mais rigorosa da articulação entre objetividade e subjetividade levou a um giro peculiar - a suposição de que seria possível *eliminar a própria realidade da reflexão histórica*. Dois foram os caminhos principais utilizados: o do giro lingüístico (e o culturalismo) e o do pragmatismo. No primeiro, tratou-se de descolar a linguagem da vida social que a possibilita, a molde e a transforma. Se só podemos expressar o mundo através de representações lingüísticas - e isso é verdadeiro - derivaram daí que o mundo real não existe, sendo o resultado de representações e crenças... Não haveria mais ciência, para estes, nem sentido ou significado histórico. Existiriam apenas culturas, representações, formas incompatíveis, umas com as outras, de ver o mundo. A dominação e o poder voltaram a ser apresentadas como entidades abstratas, sem chão social consistente - derivadas diretamente da linguagem, sem vínculo social, eram mostrados como se fossem puro convencimento (e a filantropia voltou a ser convocado para corrigir as eventuais distorções). Em outros casos, expressariam circunstâncias casuais (inteligência, eficácia, competitividade, etc.) e, assim sendo, eram *legitimados*. Apresentavam-se como entidades intangíveis, tal como o mercado ou o capital, desaparecendo o mundo das classes sociais. O Estado voltava a figurar como lugar imediato da vontade de seus integrantes e de sua capacidade de convencimento (o grande consenso). A proximidade com a expansão e a oligopolização da mídia neoliberal, difundindo e naturalizando esta concepção, foi uma das condições e uma de suas mais graves conseqüências. De maneira peculiar, essa forma de pensar aderiu como uma segunda pele à lógica desenfreada da mercantilização no final do século XX.

O segundo caminho foi o do pragmatismo utilitarista (R. Rorty). Partia também da impossibilidade de definir uma realidade que desse fundamento à análise. Considerando todos os fenômenos sociais como pura contingência, abandonava as questões cruciais da organização da vida social para enveredar pelo estudo do que tivesse utilidade prática mais imediata... Onde ser mais útil imediatamente do que coligando-se, por cima, aos poderes estabelecidos? Onde a “utilidade” aparece de forma mais evidente do que na pregação filantrópica? O mundo deixa de ser histórico (e transformável) para limitar-se aos remendos úteis a

serem aplicados num tecido social “esgarçado” mas que é apresentado como eterno, calcado na “natureza humana contingente”.

O terceiro caminho foi o mais propagandístico de todos e, de certa forma, incorporava os dois primeiros - a negação de qualquer história futura. Teríamos chegado ao ponto máximo do processo histórico e ele assinalaria o fim da história. Nem é necessário falar de Fukuyama<sup>7</sup>.

No entanto, o mundo real continua colocando desafios efetivos. A barbárie não desaparece porque deixamos de pensar nela ou porque a enfeitamos de filantropia, (quer derivem de ONGs, de formas associativas empresariais ou confessionais); a violência fundamental, estrutural, não desaparece porque passamos a pensar unicamente em termos de um consenso que só tem plena validade para alguns (como fizeram muitos em nome de um “agir comunicacional”, por exemplo).

Nós, historiadores, estamos imersos em práticas que nos relacionam intimamente ao poder e a luta social. Se não tivermos uma reflexão crítica, podemos construir belos textos, mas que naturalizam o mundo; nos arriscamos a fazer derivar todo o poder de sua imagem mais aparente, o Estado e seus ocupantes (ou de entidades para-estatais internacionais ou, ainda, de algum Estado específico, como os EUA), esquecendo a extração do sobretrabalho que a tudo produz e sustenta. Nos arriscamos a não ver o fundamento das divisões sociais na extração crescente de sobretrabalho para nutrir classes sociais dominantes e conter a rebeldia social. Não devemos, pois, passar ao largo das lutas e práticas transformadoras, assim como do movimento histórico que efetivamente exercem. Nosso desafio é o de mostrar as entranhas, mostrar como se enraízam, na vida social e na história, as formas específicas e peculiares de que se veste o poder de classes em cada momento, a maneira como o convencimento e a coerção revestem e aderem às transformações no mundo do trabalho. Vivemos um dos momentos de maior subalternização do trabalho e de intensa extração real (e não fictícia, nem resultante de uma forma de ver o mundo) de mais-trabalho, inclusive sob formas de trabalho compulsório, de tráfico de mulheres e de crianças, de trabalho infantil, além de uma cascata hierarquizada de subordinação, que vai desde as formas contratuais até as modalidades mais precarizadas de trabalho.

---

<sup>7</sup> O artigo de Fukuyama, publicado em 1989, foi difundido em todo o mundo pela John M. Olin Foundation, instituição estadunidense que gasta milhões de dólares para favorecer um giro à direita no ensino das ciências sociais e que financiou também François Furet, historiador francês contestador da Revolução francesa e que foi um dos diretores de *Annales*, em sua nova etapa. Ver Fontana, J. *La historia después del fin de la historia*. Barcelona, Ed. Crítica, 1992, p. 7.

Se tivermos a ousadia de reconhecê-lo, talvez tenhamos a capacidade de combatê-lo. Nosso papel social é difícil e muitas vezes ambíguo. Nossa relação é ao mesmo tempo subordinada (como trabalhadores) e combativa, se pensarmos em nossa função tal como Gramsci pensou o papel dos intelectuais. Somos responsáveis pela socialização do conhecimento e das lutas que o atravessa, somos organizadores de uma forma de ver e pensar e sentir o mundo. Quem sabe, assim, conseguiremos avançar na explicação e na compreensão de nosso mundo, de sua historicidade transformadora necessária e, dessa forma, sejamos mais que historiadores, mas também sujeitos plenamente históricos.

#### **BIBLIOGRAFIA ADICIONAL:**

- Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional. (Comunidades imaginadas)*. SP, Ática, 1989.
- Anderson, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto, Afrontamento, 1976.
- Bloch, Marc. *La société féodale*. Paris, Albin Michel, 1968.
- Duayer, M. e Moraes, Maria Célia M. "Neopragmatismo: a história como contingência absoluta". *Têmpo*. Revista do Departamento de História da UFF. Vol. 4, 1997.
- Fontana, Josep. - *Historia, analisis del pasado y proyecto social*. Barcelona, Critica/Grijalbo, 1982.
- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 5ª ed., Rio, Graal, 1985.
- Gramsci, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio, Civilização Brasileira, 2001 a 2002 (6 volumes).
- Hobsbawm, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio, Paz e Terra, 1990.
- Hobsbawm, Eric J. e Ranger, T. *A invenção das tradições*. Rio, Paz e Terra, 1997.
- Lefebvre, Georges - *El nacimiento de la historiografía moderna*. Barcelona, Martinez-Roxa, 1974.
- Marx, K. *Manuscritos econômico-filosóficos (Manuscritos de Paris)*. In: Os Pensadores. SP Nova Cultural, 1982.
- Meszáros, I. *Para além do capital*. SP. Boitempo, 2002.
- Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio, Paz e Terra (3 volumes).